

EFEITOS DE MUDANÇAS NA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA PARA A CADEIA PRODUTIVA DO ARROZ¹

Krisley Mendes

Professora adjunta na Universidade de Brasília (UnB); e consultora na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no Programa Executivo de Cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail*: krisley@unb.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2960-port>

O arroz é um dos poucos grãos a que se pode verdadeiramente atribuir a qualidade de global: é não só produzido nos cinco continentes, mas também comercializado e consumido das mais diversas formas pelo globo (Bray, 2015). Esse pequeno grão elíptico, que fornece 20% da energia e 15% da proteína diária necessária ao homem, tornou-se o núcleo dos hábitos de consumo de metade da população mundial nas diferentes latitudes (Bray, 2015; Costa Pinto, 2015). No Brasil, 95% da população do país consome o produto ao menos uma vez ao dia e o tem como uma de suas principais fontes de calorias (Costa Pinto, 2015).

O cenário global contemporâneo desenha uma inédita crise do arroz, dada a sensibilidade do produto à demanda por segurança alimentar, à redução no potencial produtivo dos recursos naturais e na disponibilidade de trabalho, bem como à proibição de exportações de países produtores, como a Índia (Biswas, 2023; The Global..., 2023). No Brasil, esse cenário repercute em aumento no preço do arroz, que é intensificado pelas condições internas: o aumento da alimentação em domicílio, o advento de programas de transferência de renda e a atração por ganhos cambiais que desvia a produção para produtos exportáveis (Nonnenberg, Martins e Cechin, 2020).

Diante desse panorama, o Brasil reduziu tarifas e medidas não tarifárias (MNTs) na importação de arroz até dezembro de 2023 como

estratégia para conter a pressão no preço do produto e na inflação. A prorrogação da medida é potencialmente considerada por *stakeholders* governamentais. Em auxílio aos formuladores de política comercial, este estudo avaliou como essa medida afeta os diferentes elos da cadeia produtiva doméstica do arroz e seus principais resultados econômicos, como produção, demanda, preço, importação e inflação.

O modelo de análise segue o trabalho de Hallren e Riker (2017), que propõem um modelo de equilíbrio parcial cujo sistema de equações quantifica os efeitos de mudanças em políticas comerciais em variáveis econômicas setoriais. Essa estrutura compõe o rol de instrumentos utilizados no processo de tomada de decisões pelos formuladores de política da United States International Trade Commission (USITC) e em suas argumentações a litígios com a World Trade Organization (WTO).

As características do mercado de arroz no Brasil são descritas na primeira parte do trabalho, que apresenta evidências de estagnação na produção nacional diante de uma demanda crescente, inelástica à renda e pouco sensível a preço. A cadeia produtiva se caracteriza por elos verticalmente estruturados, sendo o varejo o elo que exerce poder de mercado. A produção se volta para o mercado interno, e o alto consumo doméstico pressiona por importações

1. A autora agradece o apoio e os valiosos comentários de Marcelo Nonnenberg e Fernando José da Silva Paiva Ribeiro.

SUMEX

que atualmente são provenientes do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Importações adicionais seriam esperadas de países asiáticos, onde a maior parte do arroz mundial é produzida. Diante dessas características, foi estruturado o modelo de equilíbrio parcial que deu suporte a simulações microeconômicas capazes de avaliar como os volumes de produção, importação e os preços nos diferentes elos do setor se alteram em razão de mudanças na política comercial. Neste trabalho, esse sistema de equações é estruturado em duas potenciais opções de política. Na primeira, apenas a tarifa é reduzida. Na segunda, tanto tarifa quanto MNTs são removidas. É entendido que a remoção dessas restrições promove um choque econômico que se espalha diferentemente entre os elos da cadeia produtiva, gerando ganhadores e perdedores. Avaliar quem perde e quem ganha fornece *insights* valiosos para a condução política das mudanças pretendidas.

Os resultados mostram que uma redução de 9,6% na tarifa de importação reduziria o preço da importação proveniente de países extra-Mercosul em cerca de 5,79%, o preço do produto doméstico em cerca de 0,07% e o preço da importação não sujeita (Mercosul) em cerca de 0,03%. O impacto no índice geral de preços do arroz tende a ser pequeno, em torno de 0,09%. Isso repercutiria em uma perda de mercado irrelevante da indústria doméstica em cerca de 0,0011% e da importação não sujeita (Mercosul) em cerca de 0,26%. As participações de mercado não se alteram significativamente comparadas à situação inicial. O aumento no consumo aparente de arroz em 0,11% sugere possível crescimento no bem-estar econômico, ainda que pequeno. O impacto no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seria irrisório, frustrando os *policymakers* motivados na abertura comercial pelo seu potencial em impactar a inflação. Os resultados não são significativamente diferentes quando tanto a tarifa quanto as MNTs são removidas. Isso pode ser explicado pelo fato de o Brasil ser autossuficiente na produção do produto, e o arroz asiático não atender às preferências nacionais.

O estudo, portanto, mostra que, mesmo sob condições desfavoráveis, o impacto nos produtores domésticos e nos parceiros do Mercosul é bastante baixo. O consumidor tende a aumentar a quantidade consumida e, portanto, o seu bem-estar econômico. A magnitude da redução no preço, no entanto, não chega a ser relevante, pouco afetando os índices inflacionários. Assim, a abertura comercial para o arroz branco pode ser indicada por não afetar negativamente a produção nos diferentes elos da cadeia e pelo impacto positivo no consumo, mas não alcança o objetivo de afetar de forma relevante a inflação. A redução de restrições às importações do arroz pode ser justificável apenas pelo efeito de moderar a política comercial brasileira no setor, sem efeitos adversos aos elos domésticos.

REFERÊNCIAS

- BISWAS, S. Why India's rice ban could trigger a global food crisis. **BBC News**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-66360064>. Acesso em: 9 out. 2023.
- BRAY, F. (Org.). **Rice: global networks and new histories**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- COSTA PINTO, A. R. da. Arroz: tecnologia e alimentação. In: OLIVEIRA NETO, A. A. de (Ed.). **A cultura do arroz**. Brasília: Conab, 2015. p. 180.
- HALLREN, R.; RIKER, D. **An introduction to partial equilibrium modeling of trade policy**. U.S. International Trade Commission, 2017. (Economics Working Paper Series, 2017-07-B).
- NONNENBERG, M. J.; MARTINS, M. M. V.; CECHIN, A. O que está acontecendo com os preços do arroz no Brasil? **Carta de Conjuntura**, v. 3, n. 49, p. 1-6, 2020.
- THE GLOBAL rice crisis. **The Economist**, p. 1-11, 28 mar. 2023.